

Intervenção E Cuidados Não Tardios Em Saúde Mental Na Infância E Adolescência: A Importância Da Parceria Entre Famílias, Escolas E Serviços De Saúde Pública.

Renata Trivelato Felício Cenedesi, Maria Cristina Moura-Ferreira²,
Maria Aparecida De Almeida Araujo¹, Joana Darc Ferreira Da Silva¹,
Nídia Helena Mareco Fernandes Dantas Amaral¹,
Maria Teresa Pinheiro Ribeiro¹, Arlete Do Monte Massela Malta¹,
Mario Angelo Cenedesi Júnior¹

¹ Universidad De Ciencias Empresariales Y Sociales, Argentina

² Universidade Federal De Uberlândia-Mg, Brasil

Resumo:

Este artigo aborda a importância da saúde mental de crianças e adolescentes no Brasil, destacando a necessidade de uma abordagem integrada e abrangente para enfrentar os desafios relacionados aos transtornos mentais nessa faixa etária. A análise enfoca a influência dos determinantes sociais na saúde mental, evidenciando a prevalência dos transtornos mentais entre crianças e adolescentes e os impactos negativos associados a essas condições. São discutidos também os diferentes atores envolvidos na promoção da saúde mental, incluindo escolas, famílias e profissionais de saúde, bem como as políticas e serviços disponíveis para atender a essa demanda. Destaca-se a necessidade de uma abordagem interdisciplinar e integrada, que considere não apenas os aspectos clínicos, mas também os contextos sociais, familiares e escolares das crianças e adolescentes.

Palavras-chave: saúde mental, crianças, adolescentes, determinantes sociais, políticas públicas.

Date of Submission: 01-05-2024

Date of Acceptance: 10-05-2024

I. Introdução

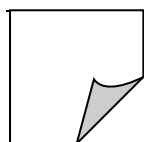
A atenção voltada à saúde mental de crianças e adolescentes, assim como o seu reconhecimento como uma questão de saúde pública, é uma vertente recente e tem sido considerada como um dos principais desafios da Reforma Psiquiátrica Brasileira (NUNES, 2016).

No Brasil, diversas pesquisas têm fundamentado uma considerável prevalência de transtornos mentais em crianças e adolescentes, indicando que de 12,7% a 23,3% do total desse grupo no país enfrentam algum tipo de transtorno mental, com 3 a 4% desses casos necessitando de tratamento intensivo (RONCHI, 2010).

Ainda de acordo com estimativas da Organização das Nações Unidas (ONU), as crianças e adolescentes representam cerca de 30% e 14,2% da população mundial, respectivamente. Nessas populações, são observadas elevadas taxas de prevalência de transtornos mentais. Uma revisão de literatura internacional revelou uma média global de 15,8% na taxa de prevalência de transtornos mentais nessa população. Essa taxa tende a aumentar proporcionalmente com a idade, com uma média de 10,2% entre os pré-escolares e 16,5% entre os adolescentes. No Brasil, os estudos registraram taxas de prevalência de 7 a 12,7%, indicando que uma em cada quatro a cinco crianças e adolescentes no mundo apresenta algum transtorno mental (THIENGO, 2014).

A maior parte da população infantil e adolescente no Brasil vive em condições adversas e está exposta a diversas situações de estresse, o que aumenta o risco de desenvolvimento de problemas de saúde mental. Múltiplos fatores influenciam a saúde mental dessa população, sendo que quanto mais expostos aos fatores de risco, maior o potencial impacto na saúde mental (OPAS, 2015). Entre os transtornos mais frequentes nessa população estão a deficiência mental, o autismo, a psicose infantil e os transtornos de ansiedade (GOMES, 2015).

Conforme estabelecido no Estatuto da Criança e do Adolescente, de acordo com o Art. 7º, "é garantido às crianças e aos adolescentes o direito à proteção da vida e à saúde, por meio da implementação de políticas sociais públicas que viabilizem um nascimento e desenvolvimento saudável e equilibrado, em condições dignas



de existência" (ISHIDA, 2009). A saúde mental e os transtornos mentais são mais complexos e interligados do que algumas condições físicas, exigindo intervenções mais abrangentes. Deve-se considerar a interação entre o ambiente em que a criança está inserida, fatores genéticos, neurobiológicos e até mesmo eventos que ocorreram durante a gravidez. Outros aspectos individuais, como sono, nutrição e atividade física, também desempenham um papel importante, assim como o ambiente familiar, comunitário e escolar, bem como a organização da sociedade e questões sociais, como pobreza, desigualdade, racismo e discriminação.

Assim, esse é um ensaio acadêmico que trata sobre os cuidados em Saúde Mental de crianças e adolescentes.

II. Metodologia

No contexto de um ensaio acadêmico sobre a Saúde Mental de Crianças e Adolescentes, no Brasil, a metodologia desempenha um papel crucial na análise e compreensão dessas condições de saúde. Uma abordagem metodológica robusta pode envolver a combinação de métodos quantitativos e qualitativos para examinar as complexas relações entre determinantes sociais e saúde. Isso pode incluir a análise de dados demográficos e epidemiológicos para identificar padrões de incidência e prevalência de doenças em diferentes grupos sociais, bem como estudos qualitativos que exploram as experiências e percepções das comunidades afetadas. Além disso, pesquisas participativas e colaborativas com indivíduos e grupos marginalizados podem ser essenciais para entender os contextos sociais e culturais que moldam as disparidades de saúde. Ao adotar uma abordagem metodológica abrangente e inclusiva, os pesquisadores podem contribuir significativamente para a identificação de políticas e intervenções eficazes que abordem as raízes sociais das doenças e promovam a equidade em saúde no Brasil.

III. Resultados E Discussão

A ocorrência de transtornos mentais em idade precoce está associada a uma série de consequências negativas, como suicídio, abuso de substâncias, incapacidade de viver de forma independente, problemas legais, evasão escolar, dificuldades econômicas e até problemas de saúde física, como doenças cardiovasculares. Esses transtornos podem impactar negativamente tanto a vida do indivíduo quanto aqueles ao seu redor, comprometendo a sua vida adulta de forma significativa. No entanto, apesar de entendermos a importância de cuidar do bem-estar mental e emocional das crianças e adolescentes, ainda enfrentamos desafios relacionados ao reconhecimento e ao estigma dessas condições.

Durante muito tempo, acreditava-se que os transtornos mentais não afetavam crianças e adolescentes. Somente recentemente, na década de 1950, a psiquiatria da infância e adolescência se tornou uma área de estudo e especialização. Hoje, sabemos que isso não é verdade e que os sinais e episódios de doenças mentais podem ocorrer desde a tenra idade. Muitas vezes, esses sinais são interpretados erroneamente como comportamentos normais da idade ou até mesmo intencionais e interpretados como birra, manha ou má educação.

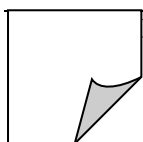
Tais interpretações, muitas vezes avolumadas por informações desajustadas e sem respaldo profissional, podem delongar o acesso ao diagnóstico e tratamento adequados. Por outro lado, mesmo quando um transtorno mental é reconhecido, nem sempre há apoio suficiente disponível. Ao contrário de outras doenças, transtornos mentais muitas vezes não recebem a mesma compreensão e empatia, sendo associados à fraqueza ou características indesejáveis de personalidade. Isso pode criar estigma e discriminação dentro da família ou da escola, por exemplo, fazendo com que alguns pais sintam medo de serem culpabilizados pelo estado de saúde de seus filhos, dificultando ainda mais a procura por serviços de saúde necessários.

Reconhecer e abordar os transtornos mentais em uma idade precoce, visando promover um desenvolvimento saudável e bem-estar emocional ao longo da vida é fundamental, no entanto requer uma visão abrangente e integrada, considerando não apenas os fatores individuais, mas também o ambiente e o contexto social e afetivo em que as crianças e estão inseridas.

A intervenção no campo da saúde mental implica uma ampla área de conhecimento e ações que se destacam por sua natureza inter e transdisciplinar, além de sua abrangência intersetorial. Diversos campos de conhecimento se entrelaçam no âmbito da saúde mental, como medicina, psicologia, filosofia, sociologia, pedagogia entre outros (LANCETTI & AMARANTE, 2012). A busca, o quanto antes, por atendimento adequado e profissionais especializados no campo da saúde mental são passos importantes para garantir o cuidado necessário às crianças e adolescentes.

O Atendimento Institucional Especializado em Saúde Mental na Rede Pública para Crianças e Adolescentes no Brasil

A promoção da saúde mental de crianças e adolescentes emergiu como uma prioridade nas diretrizes da Organização Mundial de Saúde, devido à disparidade na atenção dedicada a esse grupo etário, quando comparada às fases de desenvolvimento adulto e idoso. A falta de reconhecimento da importância da saúde



mental na infância e adolescência pode acarretar consequências adversas ao longo do desenvolvimento, prejudicando a capacidade produtiva e a integração social desses indivíduos quando adultos (RAMIRES, 2009).

O Brasil utiliza o Sistema Único de Saúde (SUS) para abordar a saúde mental na infância e na adolescência. Dentro desse sistema, existe a Rede de Atenção Psicossocial (RAPS), que engloba diversos serviços comunitários, incluindo atenção básica, atenção especializada, urgência e emergência, atenção hospitalar, cuidados residenciais temporários, estratégias de desinstitucionalização e reabilitação psicossocial.

No entanto, a atuação do sistema suplementar regulado pela Agência Nacional de Saúde Suplementar (ANS) é insuficiente, já que os planos de saúde oferecem cobertura limitada e inadequada para os transtornos mentais.

Nos últimos anos, surgiram os Centros de Atenção Psicossocial (CAPS) como parte da Rede de Atenção Psicossocial, com uma modalidade específica chamada CAPSi, que atende crianças e adolescentes com transtornos mentais graves e persistentes, incluindo aqueles relacionados ao uso de substâncias psicoativas, além de outras situações clínicas que dificultam a socialização e a realização de projetos de vida.

Mais recentemente, conforme a nota técnica nº 11 de 2019, foram incluídas no sistema de atenção psicossocial as Equipes Multiprofissionais de Atenção Especializada em Saúde Mental e as Unidades Ambulatoriais Especializadas. Essas equipes são compostas por médico psiquiatra, psicólogo e assistente social, e oferecem atendimento integrado e multiprofissional através de consultas e psicoterapia em ambulatórios gerais e especializados, policlínicas e ambulatórios de hospitais gerais e hospitais psiquiátricos.

O objetivo desses serviços é estabelecer uma conexão entre a atenção primária oferecida nas Unidades Básicas de Saúde (UBS) e os CAPS, ampliando o acesso para pessoas com transtornos mentais de gravidade moderada, como transtornos de humor, dependência química e transtornos de ansiedade.

As definições impostas pela RAPS não indicam a obrigatoriedade dos serviços, mas estabelecem parâmetros operacionais e requisitos para financiamento. Portanto, a disponibilidade dos serviços depende da vontade dos municípios, de um processo de credenciamento e da disponibilidade de recursos financeiros. Por isso, é difícil determinar com precisão o número exato de CAPSi disponíveis. Em um levantamento realizado em 2014, foram identificados apenas 208 CAPSi registrados no CNES, distribuídos em apenas 23 estados do Brasil. Esse número claramente é insuficiente.

Uma ação importante que merece destaque é a realização de um censo com o objetivo de avaliar os estabelecimentos ambulatoriais da RAPS, investigando variáveis como estrutura, profissionais, ações e serviços oferecidos, além da percepção das pessoas que utilizam esses serviços. Inicialmente previsto para 2020, o censo foi adiado para 2021 devido à pandemia da Covid-19.

Atualmente, a equipe responsável está refinando os instrumentos de avaliação dos estabelecimentos de forma psicométrica e busca criar um observatório de qualidade assistencial para a rede, com informações úteis para os gestores. Um próximo passo a ser considerado em termos de políticas públicas seria a realização de estudos de implementação, levando em conta os diferentes contextos sociogeográficos e epidemiológicos do país.

De fato, as políticas públicas deveriam ser constantemente acompanhadas por análises e diretrizes de implementação. Não obstante, é importante ressaltar que é necessário um esforço contínuo para melhorar e expandir os serviços de saúde mental para crianças e adolescentes. O sistema suplementar precisa ser aprimorado e oferecer cobertura adequada para os transtornos mentais, além de ser fundamental investir na capacitação das equipes profissionais, garantindo um atendimento de qualidade e o apoio necessário para esses indivíduos em suas jornadas de recuperação.

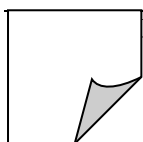
Assim, é essencial que o Brasil continue aperfeiçoando seu sistema de saúde mental, visando atender de forma completa e eficiente as necessidades das crianças e adolescentes que enfrentam transtornos mentais.

A contribuição da Escola

As escolas também têm um papel fundamental na promoção da saúde mental amplamente estabelecido a partir do artigo 205 da Constituição Federal que baliza a Educação como um direito contemplando o indivíduo em seu desenvolvimento pleno, ou seja, em sua integralidade:

“A educação, direito de todos e dever do Estado e da família, será promovida e incentivada com a colaboração da sociedade, visando ao pleno desenvolvimento da pessoa, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho”.

A participação da escola na promoção da saúde mental pode ser embasada também no Artigo 29 da Lei de Diretrizes e Bases da Educação (LDB), que estabelece que a escola deve promover o desenvolvimento integral das crianças, afirmando o compromisso da educação infantil com o desenvolvimento físico,



psicológico, intelectual e social das crianças de até cinco anos (Brasil, 1996). Posteriormente, no artigo 36, parágrafo 5º, destaca-se a necessidade de um currículo de ensino médio que leve em consideração a formação integral do aluno, abordando os aspectos cognitivos e socioemocionais (Brasil, 1996).

A responsabilidade da escola na promoção da saúde é reiterada nos Parâmetros Curriculares Nacionais (PCN) para as quatro primeiras séries do ensino fundamental, onde se enfatiza a importância de desenvolver nos alunos atitudes positivas em relação à sua própria saúde e à saúde da comunidade (Brasil, 1997).

Professores e demais profissionais da educação podem observar sinais precoces de problemas emocionais e comportamentais nos alunos. Portanto, é importante que esses profissionais estejam capacitados para oferecer o suporte necessário, seja por meio de ações preventivas, como campanhas de conscientização, ou ao encaminhar alunos para atendimento especializado, pois a saúde mental é fundamental para o desenvolvimento saudável das crianças. Problemas como ansiedade, depressão, transtornos de comportamento e déficit de atenção podem afetar negativamente seu desempenho acadêmico, relacionamentos sociais e qualidade de vida.

Acredita-se que seja extremamente relevante que os professores sejam capacitados para lidar com questões de saúde mental, uma vez que eles acompanham o desenvolvimento psicossocial e cognitivo das crianças ao longo do tempo. É importante definir junto ao Programa Saúde na Escola, ações preliminares de prevenção e promoção da saúde mental e explicar seus fundamentos, a implementação de estratégias de promoção e prevenção da saúde mental, que podem abranger os aspectos cognitivos e socioemocionais.

Vale pinçarmos aqui uma tendência que está tomando força no ambiente escolar: a medicalização. Crianças e adolescentes do ensino fundamental têm sido alvos desse movimento. Uma evidência dessa medicalização é o aumento no consumo de metilfenidato (medicamento para o Transtorno de Déficit de Atenção e Hiperatividade) no Brasil, como relatado pelo Sistema Nacional de Gerenciamento de Produtos Controlados (SNGPC). Em 2009, o consumo médio mensal foi de 46.466 caixas, enquanto em 2011 esse número aumentou para 101.071 caixas/mês (ANVISA, 2012).

Uma possível razão deste fluxo pode ser o que Marçal e Silva 2006 argumentam, de que há um grande número de alunos sendo encaminhados para clínicas de saúde mental pelas escolas, indicando que problemas de aprendizagem e indisciplina em sala de aula estão sendo entendidos como problemas de saúde. A necessidade urgente de formação e capacitação dos profissionais que lidam com a assistência à criança em diversos setores tem sido enfatizada como forma de combater a medicalização da infância.

Brzozowski e Caponi (2013) definem a medicalização como o processo de transformar problemas que não eram considerados médicos em problemas médicos. Isso significa enxergar e tratar os eventos da vida das pessoas apenas sob uma perspectiva médica. Como resultado, o conhecimento médico ganha hegemonia na concepção, explicação e tratamento dessas condições medicalizadas.

A Contribuição da Família

As famílias desempenham um papel crucial na promoção da saúde mental de seus filhos. Um ambiente familiar estável, amoroso e compreensivo é fundamental para o desenvolvimento emocional das crianças e adolescentes. Entretanto, o cuidado com os filhos tem se apresentado como uma tarefa bastante complexa na sociedade contemporânea.

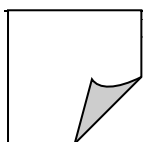
São diversos os deveres e exigências relativos à educação e desenvolvimento das crianças até a vida adulta, aos quais os pais estão submetidos. Segundo Melman (2001): “pais e mães precisam estar constantemente informados e atentos aos mínimos detalhes, aos menores desvios que envolvam o desenvolvimento emocional, escolar, sexual, esportivo e das habilidades sociais de seus filhos”.

Comumente os pais expressam estar inseguros em relação ao modo como lidam com os filhos e, diante da incerteza em resolver dificuldades domésticas, frequentemente recorrem aos especialistas com a expectativa de encontrar respostas rápidas ou ainda diagnósticos que fundamentem a insegurança no cuidado e educação dos seus filhos. De acordo com o autor, se esses sentimentos de insegurança e desconforto incidem sobre boa parte dos pais, a emergência do adoecimento psíquico em algum membro da família agrava drasticamente esse quadro.

Melman (2001) aponta ainda que, em geral, o adoecimento de um membro da família representa um forte abalo, que desestrutura os modos habituais de lidar com situações cotidianas, de modo que, muitos familiares não sabem como agir diante dos problemas.

A maneira como as famílias interagem com seus filhos, orientam, apoiam e expressam amor e afeto pode ter um impacto significativo no desenvolvimento emocional e psicológico das crianças.

Quando a família está presente e ativamente envolvida na vida de seus filhos, criam um ambiente seguro e acolhedor, onde as crianças se sentem valorizadas e amadas. Esse tipo de ambiente contribui para o fortalecimento da autoestima, confiança e resiliência nas crianças, elementos cruciais para uma boa saúde mental.



A proximidade entre pais e filhos possibilita uma maior percepção dos sinais de problemas emocionais ou comportamentais que a criança possa enfrentar. Os pais podem identificar prontamente sintomas de ansiedade, depressão, estresse ou dificuldades de relacionamento, buscando ajuda profissional quando necessário. As famílias também desempenham um papel essencial na educação emocional das crianças ao discutir abertamente sobre sentimentos, ensinar habilidades de regulação emocional e encorajar a expressão saudável de emoções, estão contribuindo para o desenvolvimento de recursos emocionais nas crianças, fundamentais para enfrentar os desafios da vida.

Na vida dos adolescentes, a participação dos pais é fundamental para um desenvolvimento saudável nessa fase. Nesse período, os adolescentes passam por diversas transformações físicas, emocionais e sociais, enfrentando desafios como a pressão dos colegas, a construção da identidade e o processo de tomada de decisões. Os pais que se envolvem ativamente nesse processo, oferecendo suporte, orientação e estabelecendo limites adequados, têm maior probabilidade de auxiliar os adolescentes a enfrentar esses desafios de maneira positiva.

Ou seja, a presença da família na saúde mental de crianças e adolescentes é essencial para criar um ambiente emocionalmente saudável, promover o desenvolvimento de habilidades emocionais, identificar precocemente problemas e oferecer o apoio necessário para enfrentar os desafios do desenvolvimento pleno.

IV. Conclusão

A saúde mental tem se tornado uma preocupação crescente em nossa sociedade contemporânea. As crianças e adolescentes estão enfrentando cada vez mais cedo desarranjos emocionais e comportamentais, o que demanda uma atenção especial por parte das famílias, escolas e profissionais de saúde. Nesse contexto, a percepção a respeito do comportamento da criança e do adolescente, o acolhimento, atendimento e as intervenções profissionais são essenciais para promover a saúde mental e o bem-estar destes.

No Brasil, uma grande parte da população infantojuvenil vive em condições adversas e exposta a situações prejudiciais à saúde mental. Assim, é grande o risco de desenvolverem transtornos psiquiátricos, favorecendo o fracasso escolar e o comprometimento dos relacionamentos interpessoais.

Em tempo, precisamos considerar que as classificações diagnósticas são mutáveis ao longo do tempo, na medida em que refletem o “estado da arte” das evidências e consensos acumulados em um determinado momento sociohistórico. Por isso, necessitam de constante aperfeiçoamento à medida que emergem novas evidências científicas e consensos sociais

Atualmente, a orientação da política de saúde mental para crianças e adolescentes é coordenada pelo Sistema Único de Saúde (SUS). Entretanto, entre as principais metas para fortalecer essa política, destaca-se "a elaboração de estratégias para promover a colaboração interinstitucional da saúde mental com setores historicamente envolvidos no apoio à infância e adolescência: saúde geral, educação, assistência social, justiça e direitos" (Couto et al, 2008, p. 391). Esse enfoque ressalta a importância da participação de outros setores, mas, de acordo com os mesmos autores, isso não ocorre de maneira satisfatória, uma vez que frequentemente se observa uma abordagem isolada e fragmentada. Esse desafio, provavelmente, tem suas origens na falta de preparo dos profissionais tanto no setor da saúde quanto em outros para lidar com questões relacionadas à saúde mental, apresentando obstáculos cuja superação é condição essencial para alcançar a integralidade do cuidado em saúde, uma das diretrizes fundamentais do SUS.

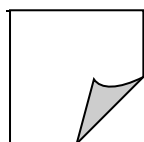
Sendo assim, o reposicionamento do transtorno mental — e, essencialmente, da saúde mental — como elemento integrante do projeto público de atenção à saúde na infância e na adolescência, juntamente com a vacinação, a nutrição e a atenção perinatal, representa uma prioridade absoluta.

A saúde mental das crianças e adolescentes demanda uma atenção especial por parte das famílias, escolas e profissionais de saúde. O atendimento e as intervenções adequadas são fundamentais para promover o bem-estar emocional e comportamental nas crianças. A capacitação dos profissionais e o cuidado na utilização de medicamentos são aspectos cruciais nesse processo. É necessário um esforço conjunto para garantir um ambiente saudável e acolhedor para o desenvolvimento integral.

Precisamos definitivamente consolidar uma parceria entre a escola, os pais e os profissionais de saúde para realizar um diagnóstico preciso dos potenciais transtornos de aprendizagem, tais como TDAH (Transtorno do Déficit de Atenção e Hiperatividade), dislexia, entre outros. Com essa abordagem conjunta e atenta, torna-se viável buscar uma intervenção adequada, que pode envolver terapias, orientações específicas e, em determinadas situações, a administração de medicamentos sob a supervisão de um profissional de saúde.

Referências

- [1] Marçal, V. P. B., & Silva, S. M. C. (2006). A Queixa Escolar Nos Ambulatórios Públicos De Saúde Mental: Práticas E Concepções. *Psicologia Escolar E Educacional*, 10(1) 121-131.
- [2] Brzozowski, F. S., & Caponi, S. N. C. (2013) Medicalização Dos Desvios De Comportamento Na Infância: Aspectos Positivos E Negativos. *Psicologia: Ciência E Profissão*, 33(1),208-221.
- [3] Brasil. Ministério Da Educação. (1996). Lei De Diretrizes E Bases Da Educação Nacional. Brasília, Df.



- [4] Brasil. Ministério Da Educação. (1997). Parâmetros Curriculares Nacionais: Introdução Aos Parâmetros Curriculares Nacionais. Brasília, Df.
- [5] Gomes, R. S. “É Assim Que Deve Ser”. O Governo Das Famílias E Os Serviços De Assistência Em Saúde Mental Infantil. Dissertação (Mestrado) - Universidade Federal De Pernambuco, Programa De Pós-Graduação Em Psicologia, Recife – Pe, 2015
- [6] Melman, J. Família E Doença Mental: Repensando A Relação Entre Familiares E Profissionais. – 3ª Ed. São Paulo: Escrituras, 2008.
- [7] Nunes, Ck. Kantorski, Lp. Coimbra, Vcc. Interfaces Entre Serviços E Ações Da Rede De Atenção Psicossocial Às Crianças E Adolescentes. Rev Gaúcha Enferm. 2016 Set;37(3). Disponível: <https://doi.org/10.1590/1983-1447.2016.03.54858>
- [8] Opa- Organização Pan-Americana Da Saúde. Saúde Mental Dos Adolescentes. Brasília (Df); 2015. Disponível: <https://www.paho.org/pt/topicos/saude-mental-dos-adolescentes>
- [9] Thiengo, Dl. Cavalcante, Mt. Lovisi, Gm. Prevalência De Transtornos Mentais Entre Crianças E Adolescentes E Fatores Associados: Uma Revisão Sistemática. J Bras Psiquiatr. 2014;63(4):360-72. Disponível: <https://doi.org/10.1590/0047-2085000000046>

